

Este ano, a dívida pública interna pode chegar a Cr\$ 700 trilhões

RIO
AGENCIA ESTADO

O economista da Fundação Getúlio Vargas e redator-chefe da revista **Conjuntura Econômica**, Paulo Rabello de Castro, disse ontem que a dívida interna brasileira acumulada já chega hoje a Cr\$ 200 trilhões e, “numa análise otimista, deverá alcançar Cr\$ 700 trilhões no final de 1985, se computados todos os encargos, o que representa cerca de 70% do Produto Interno Bruto”. Segundo ele, boa parte desse estoque da dívida “corre por conta da rentabilidade duvidosa de empreendimentos estatais”.

O economista fez essas afirmações em debate patrocinado pela Associação Nacional dos Dirigentes do Mercado Aberto (Andima), que contou com a participação de vários economistas e empresários — entre eles Marcelo Lara Rezende, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), José Luiz Masculo, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), e Luiz Carlos Mendonça de Barros, diretor-presidente da corretora Planinbanc.

“Estamos diante de uma esfinge — o problema da dívida — que aparentemente vai nos devorar”, disse Paulo Rabello. “Não sabemos como resolver o problema e, enquanto estivermos discutindo o Brasil financeiro e não o Brasil real, não haverá solução.” Ele advertiu para o fato de que esse estado de coisas pode desembocar na solução de “deixar o mico na mão do sujeito menos esperto, enquanto os outros saem do mercado na hora certa”.

Rabello afirmou serem “excelentes” as análises dos ministros Francisco Dornelles e João Sayad, no seu conjunto. Mas considerou irrealista “pedir a um Congresso gastador que

corte Cr\$ 35 trilhões das despesas, pois isso implica medidas tão rápidas que todos ‘miquem’ ao mesmo tempo, sem poder fugir do Brasil através do dólar”. Rabello citou dados para ilustrar o dilema em que se encontra o governo: segundo estimativas do Banco Central, se a dívida crescer 310% entre dezembro de 84 e dezembro de 85, a base monetária terá crescido 210%, provocando uma grande pressão sobre o mercado e um adicional de dívida calculado, por baixo, em Cr\$ 30 trilhões, excluídos a correção monetária e os juros. “Essa defasagem entre base e dívida levaria os juros à disparada e a uma semi-recessão”, frisou. Outra opção: fazer a dívida crescer abaixo da inflação, levando a emissão de dinheiro a 500% até 1986, “o que levaria a um patamar semelhante de inflação”. Segundo ele, a tendência do governo, por razões políticas e eleitorais, é pela primeira opção, “para depois cair necessariamente na segunda”.

MAIS EMPREGOS

O economista Marcelo Lara Rezende, do Ipea, disse, por sua vez, que os objetivos da política econômica não devem ser confundidos com seus instrumentos e destacou, entre as prioridades, a recuperação do emprego e “não apenas o combate à inflação em si”. Nesses termos, segundo ele, a questão da dívida deveria ser encarada basicamente por seu lado externo. “O montante do déficit é tão grande que se torna impossível resolvê-lo apenas pelo corte de gastos”, lembrou. O peso das taxas de juros externos, que, tudo incluído, chega a 18 ou 20% sobre o nível dos juros reais internos, é de tal ordem que tudo depende de uma negociação neste sentido — “por isso, a agressividade dos políticos deveria ser dirigida para a dívida externa” — destacou.